

Um jogo desigual

A Política Agrícola Comum (PAC) foi criada nos anos 60 com o objectivo de promover a auto-suficiência alimentar na então "Europa dos Seis". Inicialmente, a protecção fazia-se através de direitos niveladores. Isto é, praticava-se uma tarifa à importação por forma a que o preço dos bens agrícolas no interior da CEE fosse sempre o mesmo (como o governo cor-de-rosa fez com a gasolina). Essa política tinha o inconveniente de isolar o mercado interno das flutuações de preços nos mercados internacionais. Consequentemente, apesar de o progresso técnico registado nas décadas de 70 e 80 ter conduzido à descida dos preços dos bens agrícolas nos mercados mundiais, na Europa os preços de intervenção mantiveram-se elevados, passando a estar acima do equilíbrio entre a oferta e a procura. A Europa viu-se então a braços com enormes excedentes de produção (as famosas montanhas de carne, fruta e cereais, os lagos de leite e vinho). Para que esses excedentes pudessem ser vendidos no mercado externo, onde os preços eram mais baixos, concediam-se subsídios à exportação. Os agricultores passaram a auferir rendimentos anormalmente elevados e tornaram-se um grupo de pressão poderoso.

Devido aos seus elevados custos, a PAC foi alvo de uma importante reforma em 1992. Para eliminar os excedentes de produção sem baixar o rendimento dos agricultores, ensaiou-se uma descida parcial dos preços de intervenção, combinada com limitações de vária ordem à produção. O objectivo destas últimas era impedir que os (ainda assim) elevados preços garantidos resultassem nos excessos de oferta do passado. Para compensar os agricultores, criaram-se vários tipos de ajudas directas, nomeadamente de apoio à produção e de apoio à não produção. Hoje a PAC é um pacote complexo, que envolve restrições ao comércio, preços garantidos, transferência de rendimento, quotas de produção, subsídios à produção, subsídios ao investimento e subsídios à exportação. Uma burocracia tremenda, que absorve metade do orçamento comunitário e discrimina favoravelmente um sector que, apesar de protegido, representa apenas 4% do emprego da União Europeia.

Os custos associados à PAC são de vária ordem. Em primeiro lugar, devido à política de preços garantidos, os agricultores são incentivados a dedicar-se, não às culturas que o mercado mais valoriza ou as mais adequadas às características dos solos e

do clima, mas sim as mais vantajosas à luz de uma estrutura de preços que é definida a nível central. Da mesma forma, com o sistema de quotas, a produção distribui-se pelas diferentes regiões de acordo com registos históricos ou com base em trocas de favores nos corredores de Bruxelas, em lugar de se orientar pelas regras de mercado. As quotas de produção são um mecanismo sem preços, do tipo estalinista, que limita a entrada de novos competidores e promove a arbitrariedade na afectação dos recursos. Em terceiro lugar, a PAC tem um elevado custo ambiental. Ao promover um nível de actividade na agricultura superior ao que ocorreria sem intervenção, a política resulta também numa utilização mais intensiva da terra, o que não é ecologicamente desejável. Quarto, a PAC impõe um elevado custo aos consumidores. Estes pagam a política, não só com preços de bens agrícolas mais elevados, mas também com impostos, nomeadamente o IVA. De acordo com estimativas recentes, os preços médios da alimentação na União Europeia estão 44% acima do nível em que estariam se não houvesse PAC. Quinto, a PAC agrava as desigualdades na distribuição do rendimento. Como quem gasta proporcionalmente mais em alimentação são as famílias mais pobres, a PAC revela-se na prática uma política altamente regressiva. Em particular, os consumidores portugueses, por serem os que na UE gastam uma maior proporção do seu rendimento em bens alimentares (27%), seriam também os mais beneficiados com o desaparecimento da Política Agrícola Comum. Finalmente, como os ganhos auferidos pelos agricultores são inferiores às perdas sofridas pelos restantes intervenientes, a actual PAC representa uma perda global para a União Europeia como um todo.

Embora este diagnóstico esteja feito há muito tempo, a realidade mostra que na União Europeia não é fácil proceder a reformas radicais em matéria agrícola. A política agrícola da União Europeia é o resultado de um jogo complexo, travado entre agricultores, consumidores, contribuintes, ambientalistas e competidores externos. Infelizmente, o peso dado aos agricultores nesse jogo é muito superior ao que é dado aos restantes intervenientes. Por uma inexplicável falta de bom senso, muitos ministros da agricultura partem do princípio que a sua função é defender as associações de agricultores e os lóbis agro-industriais e não o bem estar geral. Essa lamentável confusão tem ajudado a perpetuar na União Europeia uma política dirigista, que promove o proteccionismo e a ineficiência, em lugar de sujeitar a agricultura à disciplina do mercado e do comércio livre.

Miguel Lebre de Freitas

